

LPN: Pedrógão Grande levou a que se falasse finalmente de temas de fundo

24 de Julho, 2017

A Liga para a Proteção da Natureza (LPN) considera que o incêndio que há um mês atingiu a zona de Pedrógão Grande, e provocou 64 mortes, levou a que pela primeira vez se tenha falado de temas de fundo, avançou a Lusa. “Finalmente descobrimos que o problema é grave, recorrente, e que exige outro tipo de mobilização e de recursos”, disse à agência o presidente da LPN, Tito Rosa.

Mais de um mês após a tragédia a Lusa perguntou à LPN se o Estado português estava a tirar as lições certas, para que Pedrógão não se repita. Tito Rosa respondeu que um mês é muito pouco tempo. Mas é tempo, disse, de começar a fortalecer o Estado na sua capacidade de intervir na florestar. Receia é que, “passado este foco do debate político”, não se continue a atuar “para fortalecer o que é necessário fortalecer”.

“Vamos ver, na aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2018, se o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas é reforçado”, diz o ambientalista, salientando que mais meios para a floresta são fundamentais, se necessário retirando-os “da construção de mais uma estrada”.

E deste mês que passou fica para Tito Rosa também uma perceção: “Talvez, pela primeira vez, toda a sociedade portuguesa se apercebeu que o assunto é grave”. Mas tal não impedirá, garante, que continue a haver anos com fogos, porque a situação de caos florestal não depende de um determinado governo mas é o resultado de “décadas de abandono, de prevenção posta de lado”, e não se resolve de um dia para o outro.

Tito Rosa lamenta que não se tenha também seguido uma cultura de sensibilização das populações para a questão da prevenção dos fogos florestais. “Foi provado que é preciso investir nesta área e não só em helicópteros e aviões”. E continua: “Investiu-se muito em meios mas o que falta é trabalhar no terreno. Hoje os poucos técnicos florestais estão em gabinetes. Não é com leis e mais leis que se resolve o problema”.

A solução para outros Pedrógão Grande, a definitiva, não será ao fim de um mês, será quando for assumido que o problema tem de ser visto como um pacto de regime e olhá-lo numa perspectiva de duas décadas, defende Tito Rosa.

**Foto de Reuters (Fonte: RTP)*